

DO RURAL AO PERIFÉRICO: A TERRITORIALIZAÇÃO DE UM ESPAÇO. O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (SÉCULO XX)

Marta Lucena^{1*}

Resumo

Este artigo propõe estabelecer alguns marcos de análise da transição da antiga zona rural do município do Rio de Janeiro para uma zona periférica, a atual Zona Oeste da cidade. Enfatiza os impactos que incidiram sobre a região marcada por tradições rurais em decorrência da inexorável expansão urbana da cidade. Neste contexto, toma-se como perspectiva o deslocamento de imigrantes das áreas rurais portuguesas, até meados do século XX, em direção à área rural deste município. Com base no método oral, analisa as representações diversificadas que estes grupos possuem tanto sobre as transformações econômicas advindas dos processos de modernização que afetaram esta população quanto das práticas sociais e simbólicas exercitadas por esses grupos.

Palavras chaves: zona periférica, área rural e Imigração Portuguesa.

Abstract

This article considers establishing some landmarks of analysis of the transition of the old agricultural zone of the city of Rio de Janeiro for a peripheral zone, the current West Zone of the city. It emphasizes the impacts that had happened on the region marked for agricultural traditions in result of the inexorable urban expansion of the city. In this context, the displacement of immigrants of the Portuguese agricultural zones is overcome as perspective, until middle of century XX, in direction to the agricultural zone of this city. Based on the oral method, analyzes the diversified representations that these groups possess in such a way on the economic transformations by the processes of modernization that affected this population as from social and symbolical practices exercised by these groups.

Keywords: peripheral zone, agricultural zone, Portuguese Immigration

Zona Oeste: A antiga Zona Rural da cidade do Rio de Janeiro.

Situada no extremo oeste da cidade do Rio de Janeiro, a Zona Oeste compreende uma área de 60% do município, cobrindo aproximadamente $\frac{1}{4}$ deste território, com aproximadamente dois milhões habitantes (CENSO IBGE,2000) em 294,75 Km². Mais remotamente, a ocupação dessa região teve como causas o desenvolvimento das economias do açúcar e do café e, do ponto de vista geopolítico, foi incorporada à capital pela existência de um Palácio de Veraneio em Santa Cruz que abrigou importantes decisões históricas, na realidade, a Estrada Real de Santa Cruz inscreveu sua história a história do país.

Por um longo tempo, a zona oeste do município era definida como “sertão carioca” e como “celeiro do Distrito Federal” por possuir fraca densidade demográfica e pela agricultura como

*Socióloga. Doutoranda da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. CPDA/UFRRJ- Brasil/RJ. E.Mail: gomes.marta@hotmail.com

forma dominante de ocupação da terra. Porém, sua rica história marcada por uma cultura popular expressa em torno das unidades rurais e suas capelas, foi soterrada. Incorporada como área periférica, viu-se ao mesmo tempo afetada tanto por uma ultrajante especulação imobiliária quanto pela degradação de suas atividades agrícolas responsável por sua ocupação. No fim do século XIX, começou na região o processo de parcelamento do solo, com as ordens religiosas se desfazendo de suas propriedades e o surgimento de várias companhias loteadoras: a terra passa assim a adquirir nova função social (FRIDMAN,1999). No início do século XX, essa área adquire visibilidade, sobretudo pela grande produção de laranja alcançada até então², de fato, ocorre um processo de valorização imobiliária, todavia, mais voltado para a produção agrícola do que para a moradia. Ressalta-se que, até os anos 1940, a habitação constituía-se apenas como um dado agregado.

Entretanto, na década de 1950, a citricultura entra em crise, ao mesmo tempo em que a terra se valoriza cada vez mais, na medida em que o mercado imobiliário percebe maior rendimento no loteamento urbano, do que no agrícola. A partir da década de 1960, a frente agrícola é substituída por uma frente urbana, com ênfase na habitação e não mais na produção agrícola. A crise se instala na região devido ao processo de periferização, como consequência na década de 1970, a zona rural é substituída pela zona oeste.

De acordo com registros do *Centro de Referência e Documentação Histórica da Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro (UERJ)*, em 1918, o zoneamento estabelecido no Governo do Prefeito Amaro Cavalcanti propôs a criação de uma Zona Rural no território que correspondia anteriormente às freguesias rurais³. A partir dessa data uma agricultura regular se desenvolve, sobretudo na área hoje nomeada como Área de Planejamento 5. Esta área, demarcada pela prefeitura com o objetivo de desenvolver projetos de políticas públicas e programas diversos, se institui como o corte espacial deste trabalho. Por um lado, esta opção deve-se à sua singularidade quanto ao processo de modernização capitalista que trouxe demandas por políticas de

² Em 1920, o café decaí, surge na região um surto agro-exportador: a *febre da laranja*, valorizando a terra. Predominava sistemas de parcerias ou arrendamentos. O Censo Agrícola (1920/40) mostra a redução da unidade agrícola (24,6 para 6,1 hec). Em fins de 1950, a citricultura com excessiva produção e o surgimento de pragas, foi sendo abandonada por lavouras mais rentáveis, e loteamentos imobiliários. Em fins de 1950, início de 1960, falava-se na expansão das fronteiras agrícolas, o *cinturão verde*, mas nada concreto foi feito para fixação dos agricultores.

³ Até meados do século XIX a economia ali predominante era a lavoura canavieira e pecuária bovina. Realizadas nas antigas sesmarias que em parte, no século XVIII, estavam em poder de ordens religiosas (Santa Cruz dos jesuítas; Jacarepaguá e Guaratiba dos beneditinos e Campo Grande dos carmelitas). Até o final deste século, as freguesias rurais (Guaratiba, Jacarepaguá, Santa Cruz e Campo Grande) poucas alterações sofreram até que se consolidou, no país, o Modo de Produção Capitalista na forma do aparecimento de um mercado de alimentos e de terras.

zoneamento e estimulou a migração e imigração. Por outro, apesar da gradativa substituição da região como área de produção agrícola por uma área de produção industrial, ainda restam na antiga Zona Rural da cidade nichos agrícolas que resistem, penosamente, à expansão urbana, neste sentido, podemos destacar os bairros de Guaratiba e Mendanha (sub-bairro de Campo Grande)⁴. Esses bairros, além de ainda conservarem características de comunidade rural, foram marcados por um adensamento significativo da população portuguesa, sendo, portanto, grande parcela da população atual, constituída por descendentes destes imigrantes. Integra este trabalho identificar estes imigrantes como agentes sociais testemunhos das transformações sofridas na região tanto na perspectiva econômica e produtiva, quanto a partir do exercício das funções sociais e simbólicas que imprimiram unidade e coesão a esta comunidade.

Para analisar as representações diversificadas que estes grupos possuem, serviu-nos como base o método oral amplamente divulgado pela historiografia inglesa a partir dos trabalhos de (Thompson,1992). Assim sendo, foram realizadas entrevistas com moradores imigrantes e descendentes destas localidades, e a partir dos próprios relatos, foi possível a identificação de outras famílias. Ao seguir o modelo proposto pelo autor para interrogar grupos sociais, assumimos uma postura analítica onde *toda comunidade carrega dentro de si uma história multifacetada de trabalho, de vida familiar e relações sociais à espera de que alguém a traga para fora* Thompson (1992, p.217). Entretanto, essa abordagem visa também propor alguns marcos de referência que possibilitem a reflexão sobre o fenômeno como um todo, já que compreendemos que a construção social é tida como uma junção de fatores internos e externos, globais e locais que se coadunam. De forma que, dar voz a esses sujeitos históricos (seus aspectos distintivos de classe, relações de trabalho e formas de produção) nos obriga a levar em conta às diversidades integradas numa totalidade.

A perspectiva de Abreu (1998), ajuda a esclarecer este ponto ao destacar a importância de contextualizar o vestígio, “saber quem o produziu”, posto que qualquer vestígio do passado não é isento de neutralidade e são passíveis de reinterpretações constantes. Para o Abreu (1998, p.17):

(...)a história de um lugar não pode se ater aos processos puramente locais que aí tiveram efeito. Ela precisa relacioná-los a processos mais gerais, que atuam em escalas mais amplas (regional, nacional, global) da ação humana. Isto não pode ser feito, entretanto, às expensas da compreensão das singularidades locais e da sua devida valorização.

⁴ A AP5, compreende 20 bairros e 5 regiões administrativas: XVII; Bangu; XVIII,Campo Grande, XIX; Santa Cruz, XXVI; Guaratiba e XXXIII, realengo. Área aproximada de 664,43 Km², e população residente de 1.556.505 (IBGE-Censo 2000).

De fato, com o crescimento acentuado a partir do século XIX, Campo Grande tornou-se o centro comercial da antiga zona rural do Distrito Federal. O bairro, antes chamado de *terras realengas*, destinadas às pastagens do gado consumido na cidade do Rio de Janeiro, posteriormente, conhecido por *Califórnia Brasileira* devido ao cultivo de laranjas, configura-se então, cada vez mais, como moderno, seja por seu traçado urbano ou pela ampliação da rede de serviços e transportes. É interessante observar, na virada do século XIX, que a crença no progresso parece subsidiar as estratégias reguladoras da intervenção urbana⁵. As atividades agrícolas na região entraram em um processo de transformação frente à nova lógica de apropriação e novos usos da terra. No curso da evolução capitalista, houve a ocupação e incorporação das áreas de fronteira agrícola pela dinâmica da urbanização. De fato, podemos identificar os agricultores portugueses tanto como forças que contribuiu para o desenvolvimento agrário da região, quanto como testemunhos das alterações sofridas pela expansão urbana. Neste sentido, ganha importância à recente pesquisa empírica realizada na região, com famílias de imigrantes portugueses e seus descendentes nos bairros, Guaratiba e Mendanha. A maioria exercendo atividade de agricultura familiar. Nos dias atuais a população do Mendanha é composta por famílias vinculadas, em grande parte, ao trabalho agrícola⁶. A presença portuguesa é marcante e ainda exerce uma forte influência cultural e sócio-econômica na região que, de modo geral, tem um padrão considerado baixo. Hoje, a comunidade pouco reflete os méritos alcançados no passado (OLIVEIRA,1960). A importância histórica da região está registrada durante o ciclo do café e da laranja. Guaratiba, outrora qualificado como o mais rico distrito agrícola também se reduz a um nicho desta produção. Todavia, manteve até a segunda metade do século XX certo grau de importância econômica para o município.

Sobre o prisma da representação social, verificam-se os processos identitários condicionados aos costumes e formas de vida que os imigrantes, além dos propósitos econômicos, visavam estabelecer em outras terras. Regra geral, os estudos voltados para o tema da imigração levantam

⁵ A idéia de progresso e modernidade torna-se também, hegemônica nas formulações da oligarquia, desejosa de ampliar suas bases de aceitação. O crescimento desordenado e a convivência simultânea entre ruralidade, modernização, especulação imobiliária e pobreza tem sido uma tendência acentuada a partir de meados do século XX.

⁶ Segundo (Oliveira,1960) Há registros de que foi na década de 1920 que os imigrantes portugueses se instalaram na região. Na baixada do Mendanha vivem cerca de 840 famílias de pequenos agricultores que cultivam leguminosas, hortaliças, frutas (banana, caqui e manga) e, em especial, a exploração do chuchu. O Mendanha é o primeiro produtor de chuchu do Estado do Rio de Janeiro, com 1.000 toneladas por hectare ao mês.

hipóteses secundárias que abordam as incursões de idéias e crenças que se apresentaram como novidades. Pois, longe de seu lugar territorial, essas concepções adquirem uma grande mobilidade e forjam novas identidades. Questiona-se com frequência, como o sistema de crenças foram ressignificados, apropriados e gerenciados pela comunidade. Essa necessidade de reconstruir as identidades em outras terras leva ao desenvolvimento de estratégias de inclusão, a fim de resistir e estimular a interação das comunidades de imigrantes. Entretanto, estas estratégias, mesmo ao legitimar certo repertório de tradições culturais, não se traduzem na perda da tensão entre culturas, bem como não naturaliza a conformação do imigrante na estrutura local. Esse encontro entre mundos, marcado por tensões e processos de acomodações, leva-nos a estabelecer análises de fronteiras políticas e culturais, ou seja, na manifestação do culto às raízes de origem como discurso político no intuito de demarcar uma territorialidade ou afirmação regional. Desse modo, é necessário captar a dinâmica da sua migração que estão distantes de seu contexto original. As falas dos imigrantes e descendentes nos mostraram como a comunidade portuguesa procurou incorporar as suas tradições no cotidiano da sociedade rural do município. As festas em torno das paróquias rurais como a das pastorinhas, do Espírito Santo (de tradição açoriana) e a da colheita são tradições que remetem a fidelidade para com as origens e, ainda vigoram em alguns bairros da zona oeste, sobretudo na região de Campo Grande, ou seja, em um cotidiano outrora rural, a sua *consciência comemorativa*, e a cultura popular ainda se fazem presentes (CARVALHO,1988;FRADE,1985). Os entrevistados nos contam que na década de 1920, era possível identificar um português na missa pelo traje que usava, principalmente os chalés e lenços que cobriam as cabeças das mulheres e os chapéus pretos dos homens. As fotografias de família já nos possibilitaram identificar traços peculiares que conformam uma identidade lusitana na zona oeste do município.

Algumas entrevistas foram realizadas com os indivíduos pioneiros da comunidade rural de Guaratiba que têm em média 90 anos de idade, em sua maioria originários da Ilha da Madeira e não se naturalizaram. Esses grupos, ainda exercem atividades agrícolas; a agricultura familiar tem sido a principal fonte de renda e com as modificações no cenário rural da região se voltaram prioritariamente para a produção de plantas ornamentais e bananas, vendidas em feiras ou para o CEASA. Observamos na região a existência de uma continuidade de práticas de cultivo como as existentes nas ilhas açorianas. A plantação nas encostas dos morros, as hortas encanteiradas e a adubação orgânica são conhecidas como “horta de portugueses”. Também é de se notar, na

região, a permanência de algumas tradições portuguesas, a manutenção do sotaque, a ligação com a igreja católica (os descendentes assumem a tarefa de manutenção das igrejas), elementos que os diferenciam do restante da população local. Assim sendo, assinalamos que atualmente, nesses bairros, a religião ainda age como um fator de integração e de solidariedade para o grupo. De forma a manterem-se vivos os costumes e as tradições portuguesas no local. Ressalta-se assim, a importância da família e da igreja para os imigrantes, especialmente os de primeira geração, demonstrando que estes não se desvinculam das suas origens, dos seus valores, das suas raízes, embora se mantenham firmes no propósito de continuarem no país de acolhimento.

A Consolidação da Frente Agrícola.

Em uma primeira perspectiva de análise, buscou-se indagar quais os fatores que incidiram sobre aqueles que ao se dirigirem à nova terra, se estabelecem na zona rural da antiga Capital Federal? A relevância desta questão ganha contornos mais significativos mediante os marcos gerais que constituem o perfil da imigração portuguesa para o Brasil. Interessa-nos destacar que a partir da metade do século XIX, a imigração portuguesa tomou caráter quase que exclusivamente urbano, os portugueses passaram a rumar para dois destinos preferenciais: a cidade do Rio de Janeiro e São Paulo⁷. Uma expressiva parcela dessa população era oriunda de regiões interioranas do norte de Portugal e eram, em sua maioria, pequenos proprietários rurais pobres e se instalavam em pequenos cortiços. Segundo estudos de (LOBO,2002) o perfil do imigrante português na virada do século XIX, era o homem jovem que vinha sozinho para ganhar dinheiro, fixavam-se na cidade, inseriam-se no mercado de trabalho de maneira similar aos brasileiros, e se submetiam a longas jornadas de trabalho. Em sua maioria, chegavam quase sempre com dívidas: com os contratadores e com a família, deixados em Portugal e adquiriram uma imagem de trabalhadores incansáveis. Talvez, esta situação desfavorável aliada ao crescimento da malha urbana, tenha contribuído para que essas áreas rurais (*fronteira aberta* dada a disponibilidade de terras) fossem atrativas para destino. De fato, em torno deste período, no sub-bairro do Mendanha, ocorreu grande afluxo de agricultores portugueses que, expulsos de Realengo por ocasião da construção de novos loteamentos, compraram no local direitos de posses da terra para o cultivo de olerícolas e da citricultura, desempenhando significativo papel no período da *febre da laranja*. A partir de

⁷ Segundo dados sobre distribuição desta população no Brasil (1929): 90.5% concentravam-se no antigo D.F. e São Paulo, e menos de 10%, em outros estados.

1945 o perfil desta imigração muda e a tendência passa a ser a imigração familiar, essa prática foi confirmada, em trabalho de campo junto a famílias na região. De acordo com os relatos, os conterrâneos que já estavam integrados mantinham contatos com seus familiares e mediante *carta de chamada* estimulavam a vinda destes. Ao se dirigirem à nova terra, os recém chegados eram auxiliados pelos compatriotas quanto a acomodações e trabalhavam na produção agrícola junto àquele familiar que já estava instalado. Desta forma, evidenciamos que a maior parte deles não passaram pelos canais normais de encaminhamento destinados aos imigrantes estrangeiros como as Hospedarias dos Imigrantes e fundaram colônias agrícolas. Quando questionados sobre os principais fatores que determinaram o *cruzamento de fronteiras* foram apontadas como as principais causas: a crise econômica sobre a zona rural no norte de Portugal (escassez de terras, más colheitas, concentração fundiária) e o desejo de fugir do serviço militar. Já a maior expectativa quanto ao estabelecimento no novo mundo gravitava em torno da possibilidade de obtenção de terras para a fundação de colônias agrícolas.

Esta motivação básica para a afixação desta população na região de destino, nos leva a questionar. Quais seriam os fatores que propiciariam a reprodução da relação com a terra pelos habitantes do norte de Portugal na área rural do Distrito Federal? Haveria algum tipo de continuidade nas formas de ocupação profissional que fizesse com que se direcionassem para o trabalho agrícola? Tem destaque na região, o padrão de ocupação da terra realizado pelos portugueses, ao serem identificadas características próprias (e eficientes) para as implementações de produção e desenvolvimento agrícola. Poderia então a região estudada, povoada por portugueses, apresentar características semelhantes a de uma área típica de fronteira aberta? Sendo assim, seria melhor identificada como uma área cuja fronteira agrícola estava em processo de consolidação. Já que, pesquisas preliminares na região apontaram o fato de que na década de 1920, serem também portugueses os ocupantes das terras de Guaratiba e Mendanha. Portanto, não haveria uma distinção muito significativa entre os daqui e os novos imigrantes. Esses, como já salientamos, vinham através de uma ampla rede de solidariedade e, a princípio, se instalavam nas casas de seus conterrâneos já afixados na região. Depois, arrendavam as terras ou tomavam posse das terras disponíveis começando então uma lavoura de olerícolas destinadas à comercialização nas feiras públicas da cidade. Em Campo Grande, o Mercadinho de São Brás foi bastante evidenciado pelos entrevistados por ter sido um local representativo dos empreendimentos exercidos, principalmente por portugueses, em um período em que a

capacidade agrícola qualificava a região como um importante centro de abastecimento da então capital federal. De fato, no início do século XX, a constituição do *cinturão agrícola* era uma preocupação de alguns setores do poder público para promover no Distrito Federal um mercado de alimentos próprio onde sua abundância e facilidade de transporte proporcionaria a redução dos preços. De forma que ao contextualizarmos a questão da fronteira (atlântica) para os que emigram e a questão da fronteira agrícola, quando se incorporam ao sistema produtivo como lugar reservado pelo Estado para a fixação do agricultor, principalmente no período de Getúlio Vargas, nos obriga a evidenciar que em consonância com a proposta de incentivo de um mercado de alimentos na região ocorria, paralelamente, a gradual inserção de um mercado de terras⁸.

O processo de periferização.

A década de 1950 é um marco das transformações que iam se consolidando na região, decorrentes da intensa produção de lotes e a conseqüente redução da área agricultável do Distrito Federal, já que a expansão dos loteamentos correspondeu, a 40% do total de loteamentos realizados durante todo o século XX Souza (1995, p.21). Como conseqüência, a *febre imobiliária* criou uma grave questão social com a expulsão de famílias de pequenos agricultores de suas terras. As violências sofridas por esta população, decorrente das ações dos empreendimentos imobiliários, impulsionaram a promoção de entidades associativas organizadas por lavradores da região com o intuito de reivindicar direitos como: a investigação dos títulos de propriedade dos *grileiros*; medidas contra os despejos; ações de incentivo à agricultura; crédito fácil etc. É importante ressaltar que esta conjuntura associada à ação de despejos de agricultores, conflitos no campo e confusão sobre a titularidade da terra reflete um momento particular da história da política nacional. Neste período, as companhias de colonização despejam os posseiros os entregando a própria sorte. Conforme (MARTINS,1983) entre 1940 e 1950, começa a se configurar um movimento pró-sindicalismo no campo em um momento que este tipo de organização rural não era reconhecida legalmente. Na região podemos citar entre outras iniciativas associativas as Ligas Camponesas na década de 1940 e a partir da década de 1950 as

⁸ Em 1940, a especulação do mercado de terras se mostra mais rentável do que a produção da agricultura. A princípio, evidenciavam-se as características agrícolas da região, sendo mais valorizados os terrenos disponíveis com plantações, criações etc. Gradativamente, o mercado de terras ia se definindo pela junção de funções agrícolas e não agrícolas, ou seja, urbanas. Gradualmente, a lógica (não essencialmente urbana) do mercado qualificava o local como adequado para repouso e veraneio.

Comissões de Lavradores do Mendanha, a Associação de Lavradores de Guaratiba, Associação de Lavradores de Campo Grande, entre outras. Algumas cooperativas tiveram um papel importante no período, por não se restringirem ao fomento de políticas de comercialização da produção agrícola encontrando também em seu bojo preocupações sobre o tema da posse da terra. Numa perspectiva mais ampla de análise, houve a atuação das organizações camponesas em várias regiões do país decorrentes dos conflitos no campo, respeitando a diversidade regional do país e as suas especificidades locais. No entanto, de acordo com (MARTINS,1983) havia uma certa unidade na causa do campesinato relacionada às promessas não cumpridas, revolta e violência, caracterizando um dos aspectos da condição do camponês no Brasil que, segundo o autor, sempre teve características de invisibilidade e exclusão do pacto político⁹.

Diante deste quadro, torna-se factível questionar, sobretudo na primeira metade do século XX, sobre os reflexos desta situação em termos das características de desenvolvimento tanto para essa área rural, como em relação à comunidade de agricultores portugueses ali instalados. No Mendanha, como já citamos, é possível verificar a manutenção das festas religiosas de tradição portuguesa como o maior acontecimento social desta comunidade, evidenciando a resistência de práticas culturais na memória social do lugar¹⁰, ao mesmo tempo, que se faz notar as alterações na sua paisagem oriundas da expansão urbana. Talvez, nos últimos anos, ganhe maior destaque o surgimento de loteamentos irregulares, o que degradou o local já que à inércia do poder público tem levado a região à um processo de *favelização* (LOPES,2008).

O que nos interessa reter é que a problematização não se resolve de forma positivista excluindo as várias relações abstratas. O antigo *sertão* carioca um lugar desconhecido e inacessível se transforma em uma área que se complexifica mediante especulação imobiliária; conflitos fundiários; a ação de banqueiros e capitalistas, ou seja, coexiste em locais que ainda mantém práticas enraizadas de ruralidade, o adensamento da lógica e funcionalidade urbana. Transformado drasticamente o cenário do Mendanha e de Guaratiba com a decadência da produção agrícola, centralizadas em grande parte pela comunidade lusa, é instituído um discurso do rural como um episódio dos tempos passados. O processo de periferização se consolida. A

⁹ Para Martins(1983) o campesinato no Brasil participou sempre do processo histórico com características de *invisibilidade*. Uma exclusão ideológica. Esclarece que é mais uma discussão política do que teórica e tem-se que considerar as situações de classes distintas.

¹⁰ As igrejas N. S. da paz, Sagrada Família e N. S. da Conceição e Santo Antônio atraem pessoas de áreas próximas. Mantém-se nessas festas a tradição da procissão, da missa solene, as barracas de comidas típicas e os bingos e leilões. Nessas festas as famílias aproveitam para rever parentes e amigos que vivem em bairros distantes.

Avenida Brasil ampliada até Santa Cruz começa a ser ocupada por indústrias de base e complementares, recentemente foram edificados os distritos industriais de Santa Cruz e Campo Grande. Na região atualmente se produz, em pequena escala, produtos na área da olericultura (pimentão, chuchu, jiló etc.) e fruticultura (coco, manga, maracujá etc.). Os entrevistados declararam que atualmente registra-se como atividade principal, a produção de mudas exóticas e ornamentais voltadas para o mercado urbano da cidade. Ao se traçar um perfil profissional dos descendentes, estes comentam que com a crise da produção agrícola o trabalho da roça deixou de ser vantajoso e preferem se engajar no setor de comércio e serviços, até mesmo, no setor de prestação de serviço sob o signo da instabilidade. Evidenciamos, que uma das características da precariedade laboral, gira em torno da preferência do tipo de trabalho que o trabalhador prefira exercer como, por exemplo, abrir mão de um trabalho estável mal remunerado por um trabalho temporário, no entanto, com melhores ganhos. (PIÑERO, s.d, p.198). Na realidade, ao destacar esta colocação a intenção não é comparar o incomparável, e sim, evidenciar que de maneira imediata não são perceptíveis às distinções (objetivas e subjetiva) dos processos sociais. Ao aprofundarmos na análise, poderemos captar que as características de abandono que outrora marcou a região denominada como *sertão carioca*, distante e insalubre, e posteriormente atingida por um sistema de concentração de terras, resultando em experiências nefastas de conflitos fundiários e desigualdades sociais, ainda permanece. Já que, na atual área periférica da cidade do Rio de Janeiro, se faz presente à continuidade da desigualdade e do abandono, carecendo de promoção de políticas públicas que visem proporcionar um desenvolvimento planejado para a região e qualidade de vida à sua população.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista Território*, ano III, nº4, jan/jun 1998.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. *História da cidade do Rio de Janeiro*. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 6). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, 1988.

FRADE, Cássia (Coord.). *Guia do folclore fluminense*. Presença, 1985.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Editora Garamond. 1999

Homepage: www2.uerj.br/~zonoesterio. Centro de Referência e Documentação Histórica da Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. UERJ.

IBGE. Censo 2000.

LOBO, Eulália. A imigração portuguesa e a mão-de-obra do Rio de Janeiro na Primeira República. In: SILVA, Sérgio S. SZMRECSÁNYI, Tamás. *História econômica da Primeira*

República. 2ª ed., São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores da História Econômica/Editora da USP/Imprensa Oficial, 2002.

LOPES, Nelson Ricardo Mendes. *Coronelismo e Chaguismo na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro*. PPFH/UERJ (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro.2008

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2ª edição. Petrópolis-RJ.Ed. Vozes, 1983.

OLIVEIRA, Lúcia de. Aspectos Geográficos da Zona Agrícola do Rio da Prata. In *Revista Brasileira de Geografia*. XXII nº 1 Janeiro/março de 1960.

PIÑEIRO, Diego E. *El trabajo precario en el campo Uruguayo*. Universidad de la República. Montevideo. Uruguay. (s.d.)

SOUZA, Maria Alice Martins de. *Barra da Tijuca e Jacarépaguá: uma forma particular de loteamento irregular*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro.1995.

THOMPSON, Paul. *Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra.1999.